

Para o ex-ministro Bresser Pereira, preocupações não deveriam se restringir ao PIB

'Governo esquece de olhar déficit'

Economia - Brasil

Débora Guterman

De São Paulo

O ex-ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, afirmou ontem que o governo não deveria se restringir a olhar a dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e o superávit primário que, na sua avaliação, são variáveis "retóricas e ideológicas" e escondem os problemas centrais do país: déficit público, déficit em conta corrente em relação ao PIB e a dívida externa em relação às exportações.

Apesar do discurso aparente, os avaliadores do risco país acompanham, de fato, esses últimos três indicadores. "Caso contrário, a Rússia não estaria com

uma classificação melhor que a do Brasil", ponderou durante seminário "Cenários FGV 2004", em São Paulo. "O problema do país são as contas da Nação e não as do Estado", concluiu, reforçando que a situação atual leva a um "crédito violentamente baixo".

Bresser, hoje professor da FGV-EAESP, observou que o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos diminuiu substancialmente este ano, e deve fechar estável, como resultado da desvalorização do real em 2002, mas seu efeito já foi anulado. Em 2003, o real valorizou 20,62% no ano (até terça-feira). "Não sabemos como será nossa balança de pagamentos a partir de agora. Mas o déficit deve voltar no ano que vem, para

US\$ 3,5 bilhões".

Bresser Pereira afirmou também que o Banco Central tem sustentado a taxa de câmbio entre R\$ 2,80 e R\$ 2,90, e assim continuará a agir no próximo ano. Entretanto, o país precisa de uma taxa próxima de R\$ 3,50.

A taxa de câmbio, disse, é "estratégica" para o Brasil acabar com a fragilidade externa, por induzir a um superávit em conta corrente e afastar o risco de nova crise de balanço de pagamento, como ocorreu em 1998 e 2001. Segundo Bresser Pereira, o crescimento da economia chinesa, por exemplo, está amparado em uma maior intervenção na moeda, poupança e educação. "Problema que no Brasil se tornou artigo de fé que o cresci-

mento tem de ocorrer com poupança externa".

Para o ex-ministro, além de um câmbio mais desvalorizado, o Banco Central deveria reduzir o juro real para algo entre 3% e 4%. Ele projeta que o Comitê de Política Monetária (Copom), em sua reunião que termina hoje, deve optar por um corte de 1,5 ponto, para 16% ao ano. "E essa não é uma decisão ousada", frisa. Para o ano que vem, Bresser prevê um crescimento entre 3% e 3,5%, o que significa que o país continuará "semi-estagnado".

O diretor do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE-FGV), Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, concorda com Bresser sobre a possibilidade de um corte de 1,5

ponto percentual do juro básico. "Uma taxa de 12%, em meados do ano que vem, é civilizada". Segundo ele, o governo não acelera a redução da taxa por receio de que a demanda se recupere rápido demais e o crescimento esbarre em gargalos de capacidade de produção, o que, por sua vez, pode gerar pressão inflacionária.

"Há uma briga ideológica no governo, que quer recuperar o planejamento de infra-estrutura, como ocorreu com o novo modelo do setor elétrico, sem que isso afaste investimento privado. Essa manobra não está 'azeitada'". Gonçalves observou ainda que não há retomada clara de investimento, fundamental para o crescimento de longo prazo.